



**CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**VEREADOR ADEMAR ORNEL**  
**LÍDER DE BANCADA DO DEM**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA**

Dispõe sobre a isenção de 10% (vinte por cento) do total de bilhetes de entrada em eventos culturais e esportivos, na Cidade de Pelotas, para pessoas pertencentes às famílias de baixa renda, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica instituída, na Cidade de Pelotas, a isenção de 10% (dez por cento) do total de bilhetes de entrada em eventos culturais e esportivos para pessoas pertencentes às famílias de baixa renda que residem no Município de Pelotas.

Parágrafo Único. A benesse corresponde a isenção do pagamento do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário, devendo o estabelecimento oferecer condições adequadas para suprir esta necessidade.

Art. 2º - São considerados, para efeitos desta Lei:

I – eventos culturais e esportivos:

- a) os teatros;
- b) museus;
- c) cinemas;
- d) circos;
- e) estádios;
- f) autódromos;
- g) apresentações musicais;
- h) eventos congêneres.

Art. 3º - A pessoa pertencente ao grupo familiar de baixa renda, no ato da compra do ingresso, deverá apresentar o comprovante de inscrição e a Folha Resumo do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), atualizado, no qual deverá preencher um, pelos menos, dos dois requisitos discriminados abaixo:

I – possuir renda mensal por pessoa de até meio salário mínimo nacional;  
ou

II – famílias que possuem renda familiar total de até três salários mínimos nacionais;

Parágrafo Único. A Folha Resumo do Cadastro Único deverá conter a data de atualização não inferior a 12 (doze) meses da data da compra do ingresso.

Art. 4º - Deverá constar, de forma clara e precisa, em toda veiculação publicitária de que trata a presente lei, com a devida isenção estabelecida por lei.

Art. 5º - O Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, 29 de abril de 2020.

Vereador Ademar Ornel

**Líder de Bancada do DEM**

**Endereço eletrônico para envio da resposta E-mail: [mandato.ornel@gmail.com](mailto:mandato.ornel@gmail.com)**



**CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS  
VEREADOR ADEMAR ORNEL  
LÍDER DE BANCADA DO DEM**

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de projeto de lei que tem a missão de promover a inclusão social das pessoas que vivem em estado de miserabilidade, por meio de isenção de 10% (dez por cento) do total de bilhetes de entrada em eventos culturais, como listados no corpo legal proposto, permitindo assim que essas pessoas tenham acesso facilitado nestas praças. O trabalho é longo e árduo quando se trata de promover melhorias nas condições sociais das famílias consideradas de baixa renda.

Cabe frisar que o Brasil é um dos países com maior índice de desigualdade social, fato que impede a inclusão social de muitas famílias que vivem em estado de penúria, principalmente no que diz respeito ao acesso à cultura. Em vista disso, este projeto visa atenuar a exclusão social, passando a criar uma norma que trata de forma diferente aqueles que detém menos poder aquisitivo para encurtar a distância em relação as classes sociais mais privilegiadas.

Assim é que proponho o presente projeto de lei, com a intenção de promover uma integração maior das famílias de baixa no Município de Pelotas, tornando mais acessível o seu acesso aos locais de lazer e entretenimento, eventos culturais e praças de esporte.

Sala de Sessões, 29 de abril de 2020.

Vereador Ademar Ornel  
**Líder de Bancada do DEM**

**Endereço eletrônico para envio da resposta E-mail: [mandato.ornel@gmail.com](mailto:mandato.ornel@gmail.com)**